

RELATÓRIO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Subsidia o ato de credenciamento e credenciamento institucional e a
transformação de organização acadêmica (presencial)

Comissão Própria de Avaliação – CPA/FAGOC-MG
IES 1362

UBÁ-MG
MARÇO/2017

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
COMPOSIÇÃO DA CPA	3
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	5
3. ESTRATÉGIAS	6
4. RECURSOS	6
5. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	6
EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	14
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	25
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	42
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	53
REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	68

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome / Código da IES: Faculdade GovernadorOzanam Coelho – FAGOC / 1362

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Minas Gerais

Município: Ubá

A FACULDADE GOVERNADOR OZANAM COELHO - FAGOC, é uma Instituição de Ensino Superior, particular, independente, mantida pela SOCIEDADE EDUCACIONAL GOVERNADOR OZANAM COELHO LTDA. – SEGOC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO DA CPA

- Coordenador Geral: Prof. João Paulo Ciribeli
- Representante da Comunidade: Leonardo Gomez Martins
- Representante do Corpo Discente: Kellen Demartini
- Representante do Corpo Administrativo: Márcia Moreira Salles Brum

Período de mandato - 02 ANOS

ATO DE DESIGNAÇÃO DA CPA: o ato de designação se deu por ata de apuração eleitoral assinada pela Comissão Eleitoral conforme prerrogativas de edital que trata da eleição das chapas com os respectivos representantes do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da sociedade civil para a Comissão Própria de Avaliação - CPA da Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC, atendendo o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, à Portaria/MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 e ao Regulamento da CPA-FAGOC, conforme art. 2º, §1º.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A FACULDADE GOVERNADOR OZANAM COELHO - FAGOC foi credenciada, juntamente com autorização de funcionamento de seu primeiro curso de graduação **Bacharelado em Comunicação Social – habilitação Jornalismo**, através da Portaria MEC 1.300, de 26 de agosto de 1999, publicada no DOU de 27 de agosto de 1999. Em seguida, foram autorizados os cursos de **Licenciatura Plena em Educação Física** e de **Bacharelado em Ciência da Computação**, através da Portaria MEC 1527, de 19 de outubro de 1999, publicada no DOU de 20 de outubro de 1999, e da Portaria MEC 1.721, de 03 de dezembro de 1999. Em 01 de novembro de 2004 foi publicada a portaria 3.540 que autoriza o funcionamento do curso de Licenciatura em Educação Física.

As atividades da FAGOC foram iniciadas em 07 de fevereiro de 2000, no endereço da sua sede provisória, na Rua do Divino, 41, Centro, Ubá, MG. Em fevereiro de 2001, as atividades da FAGOC foram transferidas para o novo endereço da sede, na Rua Adjalme da Silva Botelho, 20, Bairro Seminário, Ubá, MG, onde se encontra instalada, com espaços adequados ao seu desenvolvimento. Em final de 2001, conforme a Portaria 3.014, publicada no DOU de 21 de dezembro de 2001, foi autorizado o funcionamento do curso de **Bacharelado em Administração de Empresas**, e o seu reconhecimento ocorreu em 15 de março de 2006, através da Portaria 666. Outro curso autorizado foi o de **Bacharelado em Ciências Contábeis**, publicado no DOU em 02 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 4.175.

O curso de **Bacharelado em Direito** foi autorizado pela Portaria nº 439, de 25 de outubro de 2011, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, o curso de **Bacharelado em Psicologia** foi autorizado pela Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2014, e publicada em 11 de fevereiro de 2014, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e o curso de **Bacharelado em Medicina** teve, via Portaria nº 359, de 10 de junho de 2014, a autorização para início do curso com 60 vagas. O primeiro (Bacharel em Direito) teve início no primeiro semestre de 2013, enquanto as turmas dos cursos de Bacharelado em Psicologia e Medicina tiveram início em agosto de 2014.

No ano de 2015 teve início a primeira turma do curso de **Pedagogia**, que foi autorizado pelo MEC via Portaria Nº 600, de 29 de outubro de 2014,

O Regimento da FAGOC foi aprovado pelo Ministério da Educação, conforme Portaria 1.175, de 21 de maio de 2003. Em 2005, pela Portaria 4.175, publicada no DOU de 05/12/2005, a Instituição obteve autorização para o funcionamento de mais um curso: Ciências Contábeis. Em 2008 foi autorizado o funcionamento do curso de Bacharelado em Educação Física.

O **negócio** da FAGOC é “Oferecer ensino de qualidade para realizar sonhos”, sua **missão** é “Promover com excelência a educação integral e de qualidade, formando profissionais competentes e éticos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nacional.”, sua **visão** é “Ser referência como Centro Universitário”, e seus **valores** consistem na ética, respeito, credibilidade, simplicidade, comprometimento e transparência.

A Entidade Mantenedora da FAGOC, Sociedade Educacional Governador Ozanam Coelho Ltda - SEGO, concede à Faculdade autonomia didático-pedagógico-administrativa, mantendo o poder de vetar as deliberações acadêmicas que importam aumento de despesas.

2.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Tem, como eixo central, dois objetivos:

- Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise/valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional.
- Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização.

3. ESTRATÉGIAS

A autoavaliação da FAGOC tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo. Para que isso ocorresse observaram-se as seguintes estratégias:

- 3.1 - Mobilização da Comunidade Acadêmica da IES;
- 3.2 - Parcerias com a comunidade;
- 3.3 - Coleta de informações usualmente produzidas e disponibilizadas no sistema dos órgãos oficiais especialmente os obtidos pelo Censo e Cadastro da IES;
- 3.4 - Realização de reuniões com o Representante da Entidade Mantenedora visando agilizar o processo de tomada de decisões.

4. RECURSOS

Os recursos foram disponibilizados pela Mantenedora em consonância com a Direção Geral da FAGOC. As necessidades apontadas solicitadas pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação) para a operacionalização, levantamento, coleta e tratamento dos dados necessários para o desenvolvimento das ações avaliativas foram prontamente atendidas.

5. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Atendendo os preceitos definidos pela CONAES, considerando a avaliação da instituição como o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES e integrando todos os demais componentes da avaliação institucional, o presente relatório teve como base a visão global sob as perspectivas do conjunto de dimensões, estruturas, relações,

atividades, funções e finalidades, centrado em suas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais, incluindo a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro, assim como dos sujeitos da avaliação, que são os conjuntos de professores, de estudantes, de técnico-administrativos e um membro da comunidade externa. Os respectivos resultados são apresentados nos quadros com os seus respectivos Eixos I, II, III, IV e V.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

A análise dessa dimensão partiu da pesquisa que foi concluída com a elaboração do presente Relatório e contou com a participação de diversos elementos e órgãos envolvidos, sejam coordenadores de cursos, de áreas, de setores, professores ou funcionários.

As metas, princípios e objetivos institucionais presentes no PPI e PDI são diretrizes para a organização dos planos de ação, que ocorre de forma sistematizada, mas ainda segmentada conforme as necessidades de cada curso perante seu colegiado e Núcleo Docente Estruturante - NDE.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	Planejamento de ações para superação das dificuldades e uma melhor qualificação institucional, priorizando ações de médio e longo prazo. O planejamento ocorre em reuniões periódicas onde são apresentados os resultados das avaliações, e onde são feitas proposições de melhorias da IES. Após as avaliações os resultados são apresentados aos interessados, assim como, para os pontos considerados		As definições, priorização e plano de ação das atividades a serem desenvolvidas pela IES em larga escala têm por amparo os resultados da Avaliação Institucional feita com os discentes, egressos, docentes e corpo técnico administrativo. Realização de reuniões frequentes, por parte dos Colegiados, NDE's, Direção, Coordenação Acadêmica e Coordenadores de Curso, com o intuito de diagnosticar e sugerir melhorias referentes às avaliações (institucional e de Cursos). Mantenedora, Diretoria e colaboradores dos setores acadêmico e administrativo	

	críticos, se propõem medidas corretivas em conjunto com a comunidade acadêmica.		empenhados na melhoria da Instituição.	
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	A autoavaliação, assim como a avaliação institucional, estão devidamente planejadas e regulamentadas, estando prevista no PDI, no Regimento Interno, no regulamento da CPA e nos PPCs dos cursos de graduação. São avaliados os Cursos, Coordenadores, Professores, infraestrutura física e estrutura organizacional, pelo corpo discente. Padronização dos critérios, aspectos e indicadores utilizados na autoavaliação, através de estudos a serem realizados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação). Institucionalização e realização do acompanhamento junto aos egressos Fagoc.	Baixa participação da comunidade acadêmica junto aos processos de concepção das avaliações.	Revisão periódica dos documentos oficiais que regulamentam a autoavaliação institucional e demais processos avaliativos. As ações da CPA são desenvolvidas de forma independente, mas com o devido apoio da IES	
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	Reuniões periódicas da CPA com representantes do corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e sociedade civil. Aplicação de questionário de		A autoavaliação institucional é realizada por meio da coleta de informações setoriais, ou seja, a CPA se reúne com os responsáveis pelos setores da IES e pela via da entrevista semi-estruturada coleta as informações que comporão o relatório.	

	avaliação junto aos discentes, tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo de 2016.		Revisão periódica das perguntas da avaliação instituição para um melhor entendimento das realidades que perpassem o universo de estudo dos discentes. Cultura avaliativa em relação aos cursos de graduação. Realização da pesquisa de clima organizacional entre os docentes, funcionários técnico-administrativo e coordenadores. Avaliação do corpo técnico-administrativo e docente por meio de pesquisa de clima organizacional, realizado pelo RH. Os cursos de pós-graduação são avaliados conforme critérios do Núcleo de Pós-Graduação – NPG. Iniciativa e preocupação em estabelecer o processo de avaliação contínuo do desempenho de todos os segmentos. Avaliação institucional realizada semestralmente, com participação efetiva do corpo discente, corpo docente e funcionários técnico-administrativos. Cultura avaliativa por meio de ações efetivas e propostas de reformulações. Direcionamento da autoavaliação semestral conforme necessidade institucional.	
--	--	--	---	--

1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.	Divulgação da auto-avaliação (ano base 2016) na página web da CPA e na biblioteca da FAGOC. Divulgação da avaliação institucional 2016-1 e 2016-2 na página web da CPA. Disponibilização dos resultados da Avaliação Institucional aos professores, coordenadores e corpo técnico-administrativo via intranet - SIGA (2016-1 e 2016-2). Reunião com os membros da CPA e coordenadoria da FAGOC para tratar dos pontos positivos e negativos identificados, bem como propor melhorias.	Baixo interesse da comunidade acadêmica em acessar e tomar conhecimento dos relatórios de autoavaliação e avaliação institucional.	Divulgação dos resultados da autoavaliação e da avaliação institucional aos docentes, discentes, funcionários técnico-administrativo e para a sociedade. Os resultados obtidos através das avaliações da CPA servem para um planejamento de ações para superação das dificuldades e uma melhor qualificação institucional. Adequação quanto à divulgação dos resultados, permitindo o acesso restrito das informações de caráter pessoal, e globalizando as informações de caráter institucional.	
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.	Processamento, tratamento estatístico e análise das respostas dos discentes, referente a Avaliação Institucional. Processamento, tratamento estatístico e análise das respostas dos docentes e corpo técnico-administrativo, referente a Avaliação Institucional. Processamento, tratamento estatístico e análise das		Os dados são obtidos junto ao Siga, no caso da avaliação com os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo, na sequência são feitas tabulações em planilha Excel para melhor visualização das informações. O acompanhamento dos egressos é feito via questionário elaborado na plataforma do <i>googledoc</i> e enviado por e-mail aos ex-alunos, na sequência são feitas tabulações em planilha Excel para melhor visualização das informações.	

	respostas dos egressos, referente a seu acompanhamento			
--	--	--	--	--

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. (indicador aplicado no Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe demonstração de evolução institucional no Relato Institucional em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
		2	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como insuficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
		3	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como suficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
		4	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como muito boa em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
		5	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como excelente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

1.2	Projeto/processo de autoavaliação institucional.	1	Quando não existe projeto/processo de autoavaliação institucional previsto/implantado.
		2	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
		3	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
		4	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende muito bem às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
		5	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira excelente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-

			administrativas de melhoria institucional.
1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação previsto/implantado.
		2	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação insuficiente da comunidade acadêmica.
		3	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação suficiente da comunidade acadêmica.
		4	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação muito boa da comunidade acadêmica.
		5	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação excelente da comunidade acadêmica.
1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica.
		2	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira insuficiente , para a comunidade acadêmica.
		3	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira suficiente , para a comunidade acadêmica.
		4	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira muito boa , para a comunidade acadêmica.
		5	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira excelente , para a comunidade acadêmica.
1.5	Elaboração do relatório de autoavaliação. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe relatório de autoavaliação.
		2	Quando o relatório de autoavaliação é insuficiente , apresentando resultados sem análises, reflexões e proposições.
		3	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma suficiente para subsidiar planejamento e ações.
		4	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma muito boa para subsidiar planejamento e ações.
		5	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações.

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No PPI e PDI da FAGOC o compromisso institucional no âmbito graduação está atrelado à compreensão da educação superior para muito além da formação de mão-de-obra para o mercado. A educação superior na FAGOC precisa produzir conhecimento e daí a necessidade de uma busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de um profissional competente, capaz de compreender as contradições sociais, propondo alternativas de desenvolvimento e de mudanças.

A busca de alternativas sempre depende de uma liderança consequente que garanta as condições para despertar a motivação. A realização desse compromisso deve envolver a discussão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pilar fundamental da construção do conhecimento, sua disseminação e formação do acadêmico e do cidadão.

Como Faculdade em desenvolvimento e expansão, a preocupação básica dos gestores da IES é criar uma estrutura capaz de aglutinar as diversas áreas do saber buscando estimular as atividades acadêmicas com vistas ao desenvolvimento regional e local. No entanto, para concretização desses objetivos é necessário investir em qualificação de docentes e técnicos e assim estará cumprindo seu papel.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
2.1 Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	Reuniões pedagógicas são desempenhadas periodicamente e nestas ocasiões são realizados debates de estratégias de ações para a resolução de	Baixo grau de conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica.	A missão, os objetivos, as metas e compromissos da instituição estão devidamente explicitados em documento oficial – PDI. As práticas	

	problemas e o aperfeiçoamento dos procedimentos executados pela IES. Estes aspectos também são discutidos nas reuniões do NDE e do colegiado de cada curso. Implementação do plano estratégico visando a orientação das atividades administrativas e pedagógicas num contexto macro e setorial. Apresentação da missão e do PDI quando da contratação de novos funcionários. Elaboração, revisão e aplicação do PDI, de forma participativa, consoante a realidade da IES e suas perspectivas. Em abril de 2011 foi apresentado aos dirigentes e coordenadoria o Plano Estratégico da IES, onde foram identificados seus pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades do ambiente, bem como seu posicionamento estratégico frente as outras IES e ao contexto sócio-econômico. Nesta perspectiva, durante todo o ano de 2016 os		pedagógicas e administrativas estão sendo atingidas conforme os objetivos centrais da instituição. As características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico são compatíveis.	
--	--	--	---	--

	esforços foram no sentido de reavaliar e implementar o planejamento de forma a minimizar as ameaças e pontos fracos bem como maximizar as oportunidades e os pontos fortes.			
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	Existe coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós-graduação. Reuniões periódicas com propostas de reformulação e adequação (seja do PDI, seja das atividades de ensino) são regularmente feitas.		O perfil do egresso está vinculado à missão da IES. Deve-se constar que cada curso de graduação tem o seu próprio perfil de egresso, que está devidamente em amônia com os propósitos institucionais.	
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	Existe coerência entre o PDI e as práticas de extensão. Tal atividade é desenvolvida pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa da Fagoc. Cada curso de graduação possui seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC alinhado com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. As normas das Atividades Pedagógicas Domiciliares – APD, o Regulamento das Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais, o		Existe uma articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.	

	Regimento da FAGOC, o regulamento de iniciação científica, os PPCs e o PDI possuem coerências sofrendo revisões periódicas sempre que necessário.			
2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Existe coerência entre o PDI e as práticas de extensão. Tal atividade é desenvolvida pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa da Fagoc e pelo Grupo de pesquisa (iniciação científica da Fagoc) em conjunto com a diretoria Fagoc, para afinamento do discurso entre PDI e práticas institucionais. Destinação de bolsas e verbas específicas para o programa de iniciação científica.	Baixo interesse dos discentes em participar de atividades de iniciação científica, artística e cultural. Baixo investimento em ações de cunho artístico e cultural, tanto para comunidade acadêmica como para a sociedade.	Pesquisas de iniciação científica vigentes na quase totalidade dos cursos de graduação, com o acompanhamento dos professores orientadores e do Núcleo de Pesquisa.	
2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	Ampliação das ações voltadas às atividades artísticas e culturais, como exposições, oficinas, apresentações, etc. Manutenção e ampliação das ações do Instituto Fagoc de Educação e Cultura, criado em 2011. O Instituto busca a concepção, criação e disseminação artística e cultural	Pouco envolvimento do pessoal técnico administrativo nas ações sociais e culturais da IES. Poucas ações voltadas às produções artísticas e culturais na IES.	Existência de atividades institucionais de interação com o meio social, nas seguintes áreas: educação, saúde, lazer, esporte, cidadania e solidariedade.	

	por meio de parcerias.			
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	O documento (PDI) possui em seus subcapítulos “2.5.1 Responsabilidade Social da FAGOC” e “2.5. Responsabilidade Social, enfatizando a Contribuição à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico e Social da Região” as orientações gerais da responsabilidade social Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias via: Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, Iniciação Científica e Estágios. Atividades desempenhadas pelo “Banco de Talentos” que durante o ano de 2016 ofereceu aos discentes 39 possibilidades de estágio e 31 possibilidades de emprego em instituições de Ubá e Região. Núcleo de Prática Jurídica que faz atendimentos na área jurídica a pessoas em estado de vulnerabilidade social. Criação do Núcleo de Ensino em Saúde Coletiva,	Necessidade de ampliar projetos de cunho social.	As políticas setoriais possuem coerência com o Plano Estratégico para a Responsabilidade Social. Convênios com diversas instituições representativas em Ubá e região. Continuação com as atividades do “Banco de Talentos” - ferramenta de captação de currículos para as vagas de estágio e emprego, divulgadas pela IES, em parceria com as empresas da região.	O Banco de Talentos é um sistema de recrutamento totalmente gratuito criado pela FAGOC, onde é possível encontrar profissionais com o perfil desejado.

	Pesquisa e Extensão (NESCOPE) Atendimento à população realizados pelo curso de medicina: Professores trabalham em Unidades de Saúde municipais e regionais, além de hospitais. O total de atendimentos em 2016 foi de cerca de 1.400. Esse atendimento NÃO é exclusivo da FAGOC, mas de professores da medicina que trabalham nos referidos locais e TAMBÉM atuam nesses locais com os alunos. Atendimentos: 1. Atendimento ambulatorial na atenção primária 2. Atendimento ambulatorial na atenção secundária 3. Atendimento ambulatorial na atenção terciária 4. Internações hospitalares 5. Realização de cirurgias.			
2.7 Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social	Continuação do projeto "Vestibular Social". Oferta de 401 bolsas de ensino pela IES entre integrais e parciais. Oferta de bolsas de estudo por meio de parcerias entre a IES e empresas de Ubá e região.		Política de inclusão social da Instituição manifestada em seu Projeto Institucional. Adesão ao sistema de financiamento do Governo Federal FIES. Concessão de bolsa via PROUNI e Educa Mais Brasil. Bolsas Institucionais (vestibular social). Adaptação de vários ambientes da faculdade	O Vestibular Social foi criado no ano de 2009 para oportunizar aos alunos o acesso ao ensino superior através de desconto nas mensalidades, neste sentido, é avaliada a situação socioeconômica dos alunos. A metodologia se dá através de visitas domiciliares, entrevistas e questionários socioeconômicos. A

	Durante o ano de 2015 foram oferecidas várias bolsas do PROUNI, programas de financiamento de estudo via FAREC e via FIES. Curso gratuito de informática oferecido pelo curso de Ciência da Computação em comunidade carente do município		para deficientes físicos. Oferta de bolsas e benefícios de estudo, como no caso do "Vestibular Social" onde o aluno de baixa renda poder obter bolsa.	porcentagem de benefícios distribuídos é relativa a cada vestibular realizado, haja visto que existem diversos fatores que influenciam neste montante disponível.
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico- racial	A promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial estão previstas no PDI. As ações de defesa são realizadas em disciplinas afins ao tema, como sociologia, ética e filosofia.	Inexistência de eventos acadêmicos de extensão que abordem o assunto.	A promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial está prevista no PDI, no PPC dos cursos e nas ementas de determinadas disciplinas, onde o assunto é tratado. Os cursos de Pedagogia e Psicologia começam a ter iniciativas de discussão sobre os direitos humanos e igualdade étnico-racial	

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

2.1	Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	1	Quando a missão institucional e as metas e objetivos no PDI não estão previstos/implementados.
		2	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implementados estão articulados, de maneira insuficiente , com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
		3	Quando as metas e objetivos do PDI

			previstos/implantados estão articulados, de maneira suficiente , com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
		4	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão muito bem articulados com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
		5	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão, de maneira excelente , articulados com a missão institucional e em conformidade com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
2.2	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
2.3	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as práticas de extensão.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
2.4	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação

			científica, tecnológica, artística e cultural.
2.5	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	1	Quando as ações não estão previstas/implantadas nas relações da IES com a sociedade, relacionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.
		2	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
		3	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
		4	Quando as ações institucionais estão muito bem previstas/implantadas e coerentes com o PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
		5	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
2.6	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	1	Quando não existem ações institucionais previstas/implantadas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.
		2	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social de maneira insuficiente em relação ao proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
		3	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam o desenvolvimento econômico e social, de maneira suficiente , com o proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
		4	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam muito bem o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

		5	Quando as ações da Instituição (com ou sem parceria) previstas/implantadas contemplam, de maneira excelente , o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
2.7	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social	1	Quando não há coerência entre o PDI e as ações de inclusão social pela IES.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
2.8	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico- racial	1	Quando não há coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico- racial previstas/implantadas pela IES.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
2.9	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando não existe coerência entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades

			de internacionalização.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

Eixo 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

A concepção do currículo e a organização didático-pedagógica estão de acordo com as finalidades institucionais e as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, que são sustentados nos princípios éticos, políticos, didático-pedagógicos e na busca da competência profissional expressos no PPI, evidenciando a pedagogia progressista atrelada à interdisciplinaridade presente no fazer pedagógico dos docentes e discentes desta IES.

Os cursos assumiram compromissos institucionais de promover a expansão educacional da região através da oferta regular de vagas semestrais e de oferecer ensino de graduação com qualidade. Ambos os compromissos vem sendo cumpridos.

A qualidade do ensino promovido pelos cursos é assegurada por uma política de graduação, capacitação e experiência dos professores ligados aos cursos e relevância teórico-metodológica dos conteúdos curriculares ministrados em sala e estendidos aos projetos de iniciação científica, atividades de extensão e atividades complementares a formação do acadêmico.

Dessa forma, articulando com as diferentes áreas do conhecimento e integrando a iniciação científica e a extensão, os cursos buscam promover a construção do saber nas diversas áreas por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, condição primeira de um processo educacional continuado e não dependente.

A prática pedagógica, não consiste apenas na sala de aula e nem está restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, mas se expande para o trabalho junto à comunidade. Outro aspecto, diz respeito à substituição da quantidade de conteúdos trabalhados que deve ceder lugar à qualidade das aprendizagens desenvolvidas, já que serão baseadas em significados profundos das relações entre teoria e prática partindo do concreto vivido e não do abstrato longínquo. Um outro suporte desta proposta metodológica é a interdisciplinaridade como perspectiva superadora do conhecimento estanque e fragmentado, identificando com os temas geradores que cuja discussão interliga os diversos saberes dentro do processo

ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade é contemplada através da metodologia proposta em sala de aula, das atividades extensão e projetos de iniciação científica.

No processo de desenvolvimento e expansão desta IES, a pós-graduação vem cumprindo de forma gradativa a política de expansão, garantindo a criação de cursos *Lato Sensu*.

Visando ampliar o número de cursos de pós-graduação e a qualidade destes, estão sendo elaborados novos projetos para serem apresentados à sociedade.

A FAGOC tem entre as suas prioridades manifestar-se perante a sociedade levando até ela uma comunicação clara e objetiva com a finalidade de informá-la sobre ações, projetos e atividades capazes de fazer a diferença dentro de sua rotina. É importante salientar que por sociedade é preciso entender não só o público externo da instituição como também o seu público interno. Sendo assim, em função do processo de aproximação da FAGOC com os meios de comunicação e o uso de novas ferramentas, tem sido possível que a sociedade conheça mais o trabalho da instituição.

A comunicação escrita (informativos e avisos) e a internet são os meios predominantes na comunicação interna/externa. É importante assinalar que ferramentas como a intranet é amplamente utilizada na comunicação interna, seja entre docentes, discentes e/ou corpo técnico-administrativo.

Consciente de que tanto o docente como o discente precisam de apoio pedagógico e psicológico, a FAGOC disponibiliza aos seus alunos e docentes o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE). Oferece aos alunos um trabalho de suporte e apoio de acordo com as demandas apresentadas, sejam estas relacionadas à aprendizagem, ou de ordem social, físicas ou psicológicas, bem como são desenvolvidas atividades sócio-culturais.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	Cada curso de graduação possui seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC alinhado com os objetivos do Plano de	Limitações quanto ao conhecimento das políticas institucionais - principalmente por parte dos discentes.	A concepção do currículo e da organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da	

	Desenvolvimento Institucional – PDI.		aprendizagem) estão de acordo com os fins da instituição e as diretrizes curriculares nacionais. A sistemática de revisão dos currículos dos cursos de graduação está a cargo dos Colegiados e do Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso, feitos com periodicidade adequada. Atualização do “Manual do Aluno” com finalidade de orientar os alunos quanto aos principais temas de direitos, deveres e procedimentos acadêmicos.	
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu. (aplica-se também às Faculdades e aos Centros Universitários, quando previstos no PDI)	Nsa	Nsa	Nsa	Nsa
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu. (aplica-se quando previsto no PDI)	Aprovação em 2012 e atualização em 2013, 2014, 2015 e 2016 das Políticas Institucionais para os cursos de pós-graduação, com o devido alinhamento à legislação vigente. Oferta de cursos na modalidade pós-graduação lato sensu: em 2016 16 cursos de pós-graduação tiveram suas	Sistema avaliativo ainda da Pós-graduação não informatizado.	Oferta de Cursos de Pós-graduação, observando os referenciais de qualidade, em diversos segmentos do mercado de trabalho, para as comunidades interna e externa da IES. Sintonia entre a demanda do mercado e a oferta de cursos de pós-graduação. Avaliação do curso por parte dos discentes em cada disciplina ofertada durante do curso.	

	atividades concluídas e outros 39 cursos iniciaram. Manutenção do setor técnico-administrativo para a gestão dos cursos de pós-graduação <i>Latu Sensu</i> denominado Núcleo de Pós-Graduação – NPG, de forma a repartir as funções do extinto NEPPGE Estruturação e ampliação do setor de pós-graduação, com: funcionários, equipamentos, sala e materiais próprios.			
3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Encerramento, em julho de 2016, das atividades de iniciação científica iniciadas em agosto de 2015. Realização do Workshop de Iniciação Científica Abertura de edital e início das atividades de iniciação científica em junho e julho de 2016, com oferta de bolsas de estudo. Estruturação e atualização do “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAGOC”, agora gerido pelo Núcleo de Apoio Acadêmico, Pesquisa e		As políticas institucionais de pesquisa e iniciação científica estão devidamente regulamentadas e aprovadas no “Regulamento de Iniciação Científica”. Ampliação da oferta de bolsas de iniciação científica. Sala para os alunos de iniciação com acesso a computadores e internet. Disponibilização de professores para a orientação e co-orientação dos alunos ingressantes no programa de Iniciação Científica. Incentivo financeiro aos professores que conseguirem realizar publicações de trabalhos acadêmicos. Aumento do interesse da comunidade	

	Extensão - NAPE, conforme normas estabelecidas no Regulamento de Iniciação Científica Encerramento das atividades de iniciação científica 2015-2016 em junho de 2016. Manutenção da oferta de bolsas de iniciação científica (ao todo em agosto de 2016 foram disponibilizadas 18 bolsas).		acadêmica pela Iniciação Científica.	
3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão.	Realização de eventos técnicos, científicos e culturais. Ampliação de atividades por meio de parcerias com diferentes Instituições. Realização da VI Semana Acadêmica Unificada. Realização de alguns cursos de extensão no ano de 2015. Realização de evento com toda a comunidade acadêmica oferecendo palestras unificadas e cursos de extensão em áreas específicas Ampliação da participação dos dirigentes da Fagoc em eventos que tratam da educação superior.	Redução da oferta de cursos de extensão, no comparativo com anos anteriores. Baixa oferta de cursos de Extensão para atender a comunidade externa e interna da FAGOC.	As políticas institucionais de extensão e sua forma de operacionalização estão devidamente regulamentadas e aprovadas no "Regulamento das Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais".	

3.6 Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	Os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.		As atividades de extensão estão devidamente explicitadas no "Regulamento Das Atividades Acadêmico Científico – Culturais", aprovado em 31 de julho de 2007. Realização de atividades de dimensão cultural e recreativa com o objetivo de promover a integração entre os ingressantes e demais alunos da IES. Apoio financeiro a docentes e discentes quanto à divulgação de trabalhos acadêmicos, seja em revista científicas ou eventos (congresso, seminários, etc)	
3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.	Verifica-se coerência entre as ações de comunicação com a sociedade e as políticas constantes nos documentos oficiais.		As ações da IES são comunicadas a comunidade acadêmica, e mesmo à sociedade pela Agencia de Notícias Fagoc – ANF por vias diversas, tais como: Rádio Fagoc, Site, Redes Sociais (YouTube, Facebook, Twitter), Jornal Fagoc, Flyers, Cartazes, Banners, Faixas e Outdoors. Localização plenamente acessível aos demais bairros da cidade e também a cidades vizinhas. Bom relacionamento com a mídia local e regional.	
3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.	Atualização do site da FAGOC que passa a contar com nova plataforma e maior interação entre os usuários e a instituição. Ampliação no uso das mídias		Equipe própria e dinâmica, composta por funcionários e estagiários. Infra-estrutura adequada à prestação de serviços. Adequado funcionamento do	

	sociais como canal de divulgação e recepção de informações. Utilização do Facebook, Twitter e Youtube para informar e divulgar as atividades da FAGOC. Tabulação e divulgação no site da Faculdade dos Resultados das Avaliações Institucionais e da Autoavaliação. Ampliação dos canais de divulgação interna da IES. Ampliação da divulgação das ações realizadas pela FAGOC através de canais próprios, além da parceria com veículos de comunicação da cidade. Ampliação de estratégias de Marketing Digital para maior comunicação com o público através da WEB.		Núcleo de Comunicação FAGOC, que possui sala, funcionários e equipamentos próprios. Intranet própria e de fácil utilização, tendo sido reestruturada/ampliada às exigências de alunos, professores, coordenadores e à Secretaria Acadêmica, mudando do Pandora para o SIGA, a partir do segundo semestre de 2011. Envolvimento da IES com as comunidades interna e externa.	
3.9 Programas de atendimento aos estudantes.	Verifica-se a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas		Manutenção das atividades do Serviço Social. Coordenadores de cursos estão à disposição dos alunos, com salas individuais e próprias ao bom atendimento. Recepção aos alunos ingressantes de forma humanizada e com ações culturais. Integração entre os sistemas da Sec.	

	e com o contexto social.		Acadêmica e Sec. Financeira, a partir de agosto de 2011, para melhor atender aos alunos, via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA Registros sistematizados de ocorrências na ouvidoria, totalizando 245 manifestos no ano de 2016. Oferta de 268 bolsas relacionadas ao vestibular social. Atividades desempenhadas pelo "Banco de Talentos" que durante o ano de 2016 ofereceu aos discentes 70 possibilidades de estágio e emprego em instituições de Ubá e Região. Atividades desempenhadas pelo Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE, entre encaminhamento à psicóloga, acompanhamento de notas e faltas, atestados médicos, licença maternidade e conflitos entre discentes e docentes ou discentes e corpo técnico-administrativo. (3232 atendimentos aos discentes em 2016-1 e 3843 em 2016-2). Existência de um considerável número de programas de bolsas de estudos e benefícios para estudantes. Estrutura física e espaços de convivência adequados ao bom atendimento às necessidades dos alunos.	
3.10	Programas de apoio à	Os programas de apoio ao	Os eventos internos e externos são realizados	

realização de eventos internos, externos e à produção discente	desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de eventos internos e à produção discente, estão implantados e adequados.		conforme calendário acadêmico definido pela Secretaria Acadêmica em conjunto com os demais setores da IES. O apoio à realização dos eventos ocorre consoante a necessidade-demanda de cada curso.	
3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	Existem políticas institucionais adequadas para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto pessoal e para saber o índice de ocupação entre eles. Busca-se também obter informações sobre a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Cabe salientar que tais informações são coletadas de forma estruturada.	Carência da manutenção do vínculo com os alunos egressos. Baixo índice de respondentes do questionário de acompanhamento do egresso	Atualização do cadastro dos alunos e ex-alunos pelo setor de Marketing da Fagoc durante o ano de 2016. Utilização de e-mail e <i>googledrive</i> para o envio e recebimento das respostas (mídia eletrônica).	
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	Realização do acompanhamento dos egressos da IES no ambiente socioeconômico		Com base nos dados obtidos junto aos egressos, em questionário aplicado no mês de novembro e dezembro de 2016, pode-se perceber que a grande maioria deste respondentes atuam em sua área de formação e estão satisfeitos com a situação profissional atual. Pode-se constatar ainda que a maioria dos egressos se sentiram capacitados para a maioria das situações profissionais apresentadas em sua	

			área de atuação.	
3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	Nsa	Nsa	Nsa	Nsa

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	1	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas não estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação.
		2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira insuficiente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
		3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira suficiente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
		4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material

			didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
		5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira excelente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.

3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . (aplica-se também às Faculdades e aos Centros Universitários, quando previstos no PDI)	1	Quando não existem relações entre as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas e as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.
		2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, de maneira insuficiente, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
		3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, de maneira suficiente, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
		4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
		5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, de maneira excelente, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> . (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de <i>lato sensu</i> previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
		2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
		3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

		4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
		5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
		2	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , em conformidade com as políticas estabelecidas.
		3	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , em conformidade com as políticas estabelecidas.
		4	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão muito bem previstas/implantadas, em conformidade com as políticas estabelecidas.
		5	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira excelente , em conformidade com as políticas estabelecidas.

3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão.	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de extensão previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
		2	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
		3	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
		4	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão muito bem previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

		5	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
3.6	Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não existem ações, previstas/implantadas, de estímulos e difusão às produções acadêmicas.
		2	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
		3	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
		4	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão muito bem previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
		5	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa.	1	Quando não existe comunicação com a comunidade externa prevista/implantada.
		2	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		3	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e

			pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		4	Quando os canais de comunicação externa estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		5	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
3.8	Comunicação da IES com a comunidade interna.	1	Quando não existe comunicação interna prevista/implantada.
		2	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		3	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		4	Quando os canais de comunicação interna estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outras.
		5	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
3.9	Programas de atendimento aos estudantes.	1	Quando não existem programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso.
		2	Quando os programas de apoio aos estudantes,

			inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão previstos/implantados de maneira insuficiente .
		3	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão previstos/implantados de maneira suficiente .
		4	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria) estão muito bem previstos/implantados.
		5	Quando os programas de apoio aos estudantes, inclusive estrangeiros, quando for o caso (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento

3.10	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	1	Quando não existem programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.
		2	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
		3	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
		4	Quando os programas de apoio ao discente estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
		5	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

3.11	Política e ações de acompanhamento dos	1	Quando não existe política institucionalizada de acompanhamento dos egressos.
------	--	---	--

	egressos.	2	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira insuficiente à política de acompanhamento dos egressos.
		3	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira suficiente à política de acompanhamento dos egressos.
		4	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende muito bem à política de acompanhamento dos egressos.
		5	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira excelente à política de acompanhamento dos egressos.
3.12	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	1	Quando não existem ações previstas/implantadas pela IES para acompanhamento do egresso em relação à sua formação.
		2	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
		3	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
		4	Quando as ações previstas/implantadas pela IES atendem muito bem à verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
		5	Quando as ações previstas /implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
3.13	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando não existem ações previstas/implantadas na Instituição relacionadas à inovação tecnológica e à propriedade intelectual.
		2	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira insuficiente, conforme proposto no PDI.
		3	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira suficiente,

			conforme proposto no PDI.
		4	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam muito bem a inovação tecnológica e a propriedade intelectual conforme proposto no PDI.
		5	Quando as ações previstas/implantadas pela Instituição contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira excelente, conforme proposto no PDI.

Eixo 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Sobre as Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico - Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, cabe salientar que as colocações tiveram por base o questionário de clima organizacional, realizada pelo Departamento de RH da FAGOC, com cerca de 67,3% dos funcionários, dentre eles técnico-administrativo, docentes e coordenação, durante o mês de dezembro de 2016.

A Faculdade apóia as atividades técnicas, pedagógicas e culturais além da produção científica dos docentes. Mesmo com várias conquistas ainda apresenta algumas dificuldades, onde a falta de recursos humanos tem dificultado a execução de suas ações.

Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo, onde a experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional.

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

O modo de gestão institucional da FAGOC busca a democratização e a participação por representatividade dos segmentos da comunidade nas tomadas de decisões, através da constituição do Conselho Superior e de programas como o “Café com o Diretor”.

As Coordenações de curso e os Coordenadores dos setores administrativos são órgãos de execução subordinadas diretamente ao Coordenador Acadêmico e ao Coordenador Administrativo, respectivamente, que por sua vez são subordinados ao Diretor Geral.

O Coordenador Pedagógico tem por finalidade especificar, programar, supervisionar, coordenar e avaliar as atividades de ensino de graduação. Enquanto

o Coordenador Administrativo tem a função de planejar, organizar, dirigir e controlar os seguintes setores: Biblioteca, Secretaria Acadêmica, Secretaria Financeira, Xerografia, Limpeza e Manutenção, etc.

Cada curso de graduação em funcionamento na Faculdade tem como representante um coordenador escolhido pela Direção da Faculdade. As competências dos Colegiados de Curso e as atribuições dos Coordenadores são estabelecidas no Regimento Geral da FAGOC.

A cargo do Núcleo de Pesquisa e Extensão, do Núcleo de Pós-Graduação e do Instituto Cultural Fagoc ficam as atividades extra-curriculares, culturais, artísticas e de extensão, bem como aquelas ligas a abertura e acompanhamento dos cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu*. A Faculdade ainda possui a ouvidora e a Comissão Própria de Avaliação – CPA que ajudam no processo de construção da gestão democrática.

Atendendo plenamente o previsto pela legislação vigente proposta pelo CONAES, que visam a construir uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade acadêmica e Social, e diante dos resultados apontados pelas pesquisas, conclui-se que a FAGOC sustenta seus aspectos de garantia da sustentabilidade financeira sob controle e vem apresentando resultados satisfatórios, cumprindo desta forma seu planejamento estratégico previsto no PDI, com objetivos claros e bem definidos de atendimento às expectativas.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
4.1 Política de formação e capacitação docente.	Parceria com o ICEPEM para apoiar os docentes na realização de cursos <i>strictu sensu</i> . Programa de capacitação realizado com os docentes que necessitarão operar o sistema SIGA (intranet da	Baixa participação dos docentes em eventos científicos. Cursos de capacitação e aprimoramento, para os docentes.	Corpo docente composto por professores com considerável experiência acadêmica e profissional. Busca pela contratação de docentes com titulação mínima de Mestre. Semana acadêmica unificada, com oferta	

	FAGOC). Programa de ambientação com todos os novos contratados durante o ano de 2013, para maior desenvoltura quando do início das atividades. Cursos de capacitação e aprimoramento, para os docentes. Treinamento de funcionários técnico-administrativo e docentes com enfoque na missão e no PDI da instituição. Realização de curso de capacitação pelos profissionais da Secretaria Acadêmica e Financeira. Realização de pesquisa de clima organizacional e motivacional no segundo semestre de 2016.		de mini-cursos, palestras e work-shop de trabalhos científicos. Treinamentos eventuais nas reuniões pedagógicas. Apoio aos docentes quanto a realização de cursos na modalidade <i>strictu-sensu</i>.	
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	Programa de capacitação realizado com o corpo técnico-administrativo que necessitarão operar o sistema SIGA (intranet da FAGOC). Programa de ambientação com todos os novos contratados durante o ano de 2015, para maior desenvoltura quando do início das atividades. Salas individuais ou coletivas para atender ao corpo	Cursos de capacitação e aprimoramento para o corpo técnico-administrativo.	Clima organização favorável ao desenvolvimento das atividades Infra-estrutura adequada ao bom desempenho das atividades acadêmicas. Intranet com recursos que atendem de forma adequada as demandas do corpo técnico-administrativo.	

	técnico-administrativo com acesso a computador, internet e mobiliário. Realização de pesquisa de clima organizacional e motivacional no segundo semestre de 2016.			
4.3 Gestão institucional.	Revisão e implantação do Planejamento Estratégico Institucional iniciado em abril de 2011 que abarca: - Elaboração e reestruturação do negócio, missão, visão e princípios da instituição; - Análise SWOT; - Posicionamento estratégico organizacional; - Mapa estratégico com definição de objetivos e metas; - Elaboração do plano de ação via metodologia 5W2H, com definição de metas, indicadores, cronograma e ações individuais num contexto macro. Realização de reuniões gerais, com corpo docente, funcionários técnico-administrativo, coordenadores de cursos, coordenação acadêmica e diretoria, ao menos 02 (duas) vezes por semestre. Desenvolvimento de um programa de metas para os funcionários.	Baixa participação dos discentes nos processos decisórios, tais como em reuniões de colegiado e Centros Acadêmicos. Falta de um plano de capacitação periódica para os Gestores.	Existência de um planejamento estratégico que oriente as ações da IES no longo prazo. Existência de regulamentos do Núcleo de Pós-Graduação, Núcleo de Apoio Acadêmico, Núcleo de Iniciação Científica, Secretaria Acadêmica, Secretaria Financeira, e Biblioteca para nortear suas ações. Mantenedora presente, atuante e acessível à comunidade acadêmica. Reuniões ordinárias do NAE e do NPG, para a discussão dos assuntos referentes à extensão, pesquisa e pós-graduação. Conselho de Ensino, CPA, Colegiados de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) implantados e atuantes. Interação das coordenações administrativas, através de debates semanais, para a resolução de questões relacionadas à IES como um todo.	

	Acompanhamento da (Re)Estruturação do quando de funcionários, núcleos e conselhos por meio de organograma.			
4.4 Sistema de registro acadêmico.	Manutenção e melhorias do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA, criado e desenvolvido pelo departamento de Tecnologia da Fagoc.	Ainda existem algumas demandas (funcionalidades) que o SIGA não atende, mas elas estão devidamente registradas e em fase de elaboração.	O SIGA possibilita uma interface entre professores, coordenadores, alunos e Agência de Notícias Fagoc. Pelo ambiente virtual (intranet) o aluno pode acessar material didático, plano de ensino, notas, faltas e presenças. O SIGA, pelo setor de TI da FAGOC, está sempre passando por melhorias e inclusão de novas funcionalidades.	
4.5 Sustentabilidade financeira.	Verifica-se a coerência entre a sustentabilidade financeira da IES e o estabelecido em documentos oficiais. A IES possui sustentabilidade financeira, com políticas pré-estabelecidas de captação e alocação de recursos num cenário macro.	Baixo número de inscritos nos cursos de extensão, ocasionando perda de receita. As políticas de alocação de recursos são realizadas numa perspectiva de curto prazo.	Definição, via PDI, dos demonstrativos de capacidade de sustentabilidade financeira. Elaboração do Planejamento Estratégico com definição de objetivos e metas para a arrecadação de receitas e contenção de despesas, ano a ano, até 2017. Os discentes encontram junto a Secretaria Financeira flexibilidade nas negociações de seus débitos em atraso. A IES cumpre com suas obrigações financeiras em dia. Salários dos docentes e técnicos-administrativos pagos regularmente e sem atrasos. Obrigações trabalhistas cumpridas	

			conforme legislação vigente. Definição de objetivos e metas, num contexto macro, que componham o aumento de receita e redução de despesas.	
4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	Atualizações e readequações do regimento interno e do PDI para comportar a relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional. Reuniões periódicas para tratar do ajustamento e execução do Plano Estratégico, com revisão de rotinas, processos e intersecções setoriais. Reestruturação do fluxograma para procedimentos administrativos e acadêmicos, para os cursos de graduação.	Em geral o planejamento financeiro é feito para o curto e médio prazo.	A Fagoc possui liquidez financeira, e honra com seus gastos em dia, ou seja, não há atrasos nos pagamentos de funcionários, empresas e/ou prestados de serviço. Existe um planejamento financeiro, com cálculos consistentes de receitas e despesas.	
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	As políticas firmadas em documentos oficiais são coerentes com o aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e condições de trabalho do corpo docente. Treinamento de docentes com enfoque na missão, visão, princípios, negócio e no PDI da instituição.	Melhorar os programas de incentivos de produção bibliográfica por parte do corpo docente.	O Plano de Carreira Docente foi implantado e homologado em maio de 2009 pelo Ministério do Trabalho - DRT/MG, permanecendo sua vigência, sem alterações, durante o ano de 2011.	
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão	As políticas firmadas em documentos		O plano de carreira do corpo técnico administrativo foi	

do corpo técnico-administrativo. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	oficiais são coerentes com o aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e condições de trabalho do quanto técnico-administrativo. Treinamento de funcionários técnico-administrativo com enfoque na missão, visão, princípio, negócio e no PDI da instituição.		implantado e homologado pelo Ministério do Trabalho em maio de 2009, permanecendo sua vigência, sem alterações, durante o ano de 2011.	
---	---	--	--	--

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

4.1	Política de formação e capacitação docente.	1	Quando não existe política de formação e capacitação docente prevista/implantada.
		2	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações junto aos docentes.
		3	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações junto aos docentes.
		4	Quando a política de formação e capacitação docente está muito bem prevista/implantada, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações junto aos docentes.
		5	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos

			científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações junto aos docentes.
4.2	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	1	Quando não existe política de formação e capacitação prevista/implantada do corpo técnico-administrativo.
		2	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira insuficiente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
		3	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira suficiente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
		4	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está muito bem prevista/implantada, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
		5	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira excelente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
4.3	Gestão institucional.	1	Quando a gestão institucional prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
		2	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira insuficiente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
		3	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira suficiente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
		4	Quando a gestão institucional está muito bem prevista/implantada para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

		5	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira excelente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
--	--	---	---

4.4	Sistema de registro acadêmico.	1	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado para o atendimento às necessidades institucionais e dos discentes não existe .
		2	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
		3	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
		4	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende muito bem às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
		5	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

4.5	Sustentabilidade financeira.	1	Quando não existem fontes de recursos previstas no PDI.
		2	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira insuficiente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
		3	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira suficiente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
		4	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem muito bem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

		5	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira excelente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
4.6	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	1	Quando não existe relação entre o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.
		2	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira insuficiente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
		3	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira suficiente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
		4	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está muito bem relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
		5	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira excelente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
4.7	Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe coerência entre o plano de carreira protocolado/ implantado e a gestão do corpo docente.
		2	Quando a gestão do corpo docente é insuficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		3	Quando a gestão do corpo docente é suficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		4	Quando a gestão do corpo docente é muito boa em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		5	Quando a gestão do corpo docente é excelente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
4.8	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe coerência entre o plano de carreira protocolado/ implantado e a gestão do corpo técnico-administrativo.
		2	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é insuficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		3	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é suficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		4	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é muito boa em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
		5	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é excelente em relação ao plano de carreira

			protocolado/implantado.
--	--	--	-------------------------

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Essa dimensão teve sensível melhoria no que diz respeito à acessibilidade de deficientes físicos e a construção de novas salas de aula, laboratórios e melhorias de instalações administrativas. Outro fator amplamente desenvolvido no ano de 2015 foi a ampliação da internet via *wireless* no campus.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
5.1 Instalações administrativas	A oferta e disposição da infraestrutura física, bem como dos materiais e equipamentos disponibilizados a comunidade acadêmica são norteados e preenchem a contento o que está estabelecido em documentos oficiais. Aumento da segurança no Campus com ampliação e manutenção das câmeras de segurança. Atualização do catálogo de bens materiais (espaços físicos e equipamentos) da FAGOC. Conservação dos pontos de extintores conforme Norma Reguladora, refazendo sinaleiras indicativas e troca. Os cursos de pós-graduação estão funcionando em salas	Ausência de um plano de investimento setorial a médio ou longo prazo. Melhorias necessárias em alguns computadores disponibilizados aos docentes. Necessidade de um auditório maior para a realização de palestras e eventos acadêmicos. Atualmente a FAGOC possui o multimeios, mas com capacidade para 110 alunos. Necessidade de climatizar algumas salas de aula.	Com a elaboração/atualização do PDI, pode-se definir de forma aclarada as fontes de receita e despesa da Instituição, ocasionando maior planejamento dos gastos com estrutura física e aquisição de equipamentos Manutenção do acesso ao Compus, com instalação de catracas para o acesso de funcionários e alunos, via cartão eletrônico, provendo maior segurança e controle. Manutenção de câmeras e alarme em vários pontos estratégicos do campus, com monitoramento 24h. Acesso gratuito de internet via <i>wireless</i> para os alunos da FAGOC. A FAGOC possui cerca de 35 salas de aulas distribuídas em 6 prédios, ao todo são 109 salas, contando salas administrativas, salas de aula e laboratórios. Além de 4 banheiros femininos e 2 masculinos distribuídos também em 3 prédios.	

	climatizadas, com equipamentos de áudio e visual (datashow). Aquisição de equipamentos de <i>datashow</i>. Adequação de algumas salas de aula para atender ao número de alunos. Contratação de funcionários para tratar da conservação dos espaços físicos. Construção e finalização do prédio de salas de aula e laboratório para o curso de medicina. Construção de salas de aula para o curso de Psicologia. Reforma de espaços para atender aos alunos de psicologia, tais como laboratórios e sala de aula. Criação do Núcleo de Ensino em Saúde Coletiva, Pesquisa e Extensão (NESCOPE) do curso de medicina. Reformo dos espaços destinados à Secretaria Acadêmica e Secretaria Financeiras, que passam a trabalhar de forma conjunta.		Acesso e fluxo adequados no Campus aos portadores de necessidades especiais.	
--	--	--	---	--

5.2 Salas de aula.	Construção e manutenção das salas de aula. Limpeza, iluminação, ventilação e equipamentos disponíveis para as salas de aula. Renumeração e inclusão de placas indicativas no Campus da Faculdade.		As salas de aula possuem iluminação adequada e são diariamente limpas e organizadas. Boa parte das salas possuem ar condicionada e Datashow. As salas sem ar condicionado possuem ventiladores, e as que não têm Datashow ou caixa de som há um agendamento, por parte dos professores, no SIGA.	
5.3 Auditório(s).	Conservação do auditório da IES.	A IES necessita de um espaço maior para eventos, palestras ou reuniões. Com mais de 1500 alunos estudando na Fagoc um espaço mais adequado para apresentações é importante.	A IES possui 01 auditório (conhecido como multimeios) com capacidade para 110 pessoas. Seu estado de conservação é bom, mas necessita ser melhor equipado (datashow fixo e climatização).	
5.4 Sala(s) de professores.	Conservação da sala destinada aos professores.	Os professores horistas não possuem sala para atendimento aos alunos. Parte dos professores de tempo parcial não possui espaço para atender aos alunos. A sala de convivência destinada aos professores não possui tamanho e estrutura adequados.	A IES possui 01 sala de convivência para os professores com espaço para consulta na internet, wifi e espaço para lanche. Todos os coordenadores de curso possuem salas próprias para suas atividades administrativas e atendimento aos alunos. Todos os professores de tempo integral possuem sala própria.	
5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	Conservação dos espaços destinados ao atendimento dos alunos.	Parte dos professores de tempo parcial não possui espaço para atender aos alunos. Alguns	Todos os coordenadores de curso e professores em tempo integral possuem espaço para atendimento individualizado dos alunos.	

		professores (principalmente os de tempo parcial) utilizam os espaços da biblioteca para fazer atendimento aos alunos.	O Núcleo de Apoio aos Estudantes - NAE funciona em sala equipada e climatizada. A Secretaria Financeira e a Secretaria Acadêmica funcionam em sala conjunta, equipada e climatizada. O núcleo de pós-graduação está em espaço maior, com melhor capacidade de atendimento aos alunos.	
5.6 Infraestrutura para CPA.	Conservação da sala destinada aos representantes da CPA.	Necessidade de climatização da sala da CPA. Necessidade de área para reunião dos membros da CPA.	A CPA possui sala própria, mobiliário e acesso a internet.	
5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	Conservação da sala destinada aos professores.	O tamanho do espaço e a estrutura de separação dos gabinetes destinados aos professores de tempo integral necessitam ser melhorados.	Todos os professores de tempo integral possuem sala de atendimento individualizado. Os gabinetes dos professores têm mobiliário, acesso a internet e possibilidade de impressão.	
5.8 Instalações sanitárias	Manutenção e conservação dos sanitários da IES.	As paredes, pisos e sanitários necessitam ser melhorados, uma vez que são antigos.	A IES possui ao todo 2 instalações sanitárias destinadas ao público feminino e 2 instalações sanitárias destinadas ao público masculino. Em pelo menos uma das instalações de cada gênero há espaço adequado destinado a deficiente físico. Os espaços são limpos diariamente e possuem iluminação adequada.	
5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	Manutenção da biblioteca para o adequado uso da comunidade acadêmica: limpeza,		Biblioteca ampla que atende plenamente aos alunos da IES. Salas de estudo em grupo e individual	

	iluminação e funcionários.		disponíveis na biblioteca. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das 9:00h as 22:30h, e ao menos uma vez no mês também há funcionamento aos sábados.	
5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	Manutenção e atualização dos serviços de informatização da Biblioteca	Baixa utilização da biblioteca virtual Pearson e do sistema de busca da intranet da biblioteca Fagoc.	Acesso ao catálogo da biblioteca via internet em http://biblioteca.fagoc.br Registro dos materiais da biblioteca (livros, revistas, obras em geral) em programas específicos. Disponibilização aos alunos da biblioteca virtual Pearson, com vários exemplares de livros e possibilidade de impressão parcial das obras. Livros, revistas, periódicos, jornais e DVDs disponíveis a comunidade acadêmica.	
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo.	No ano de 2016 foram adquiridos 200 títulos de livros (1.158 exemplares), 01 título de apostila (2 exemplares), 03 títulos de atlas (27 exemplares) 02 títulos de dicionário (10 exemplares), 167 títulos de periódico (266 exemplares), 11 títulos de artigo (11 exemplares), 36 títulos de monografia (36 exemplares) e 6 títulos de DVD's (22 exemplares).	Ausência de um planejamento orçamentário de gastos para a aquisição de novas obras. Perda de exemplares da biblioteca, ocasionados por empréstimos sem devolução.	A biblioteca periodicamente faz novas aquisições de livros, revistas, jornais, atlas, etc. É disponibilizado área de leitura de jornais e revistas atualizados.	
5.12 Sala(s) de	Manutenção dos		Existência de 04	

apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	computadores do laboratório de informática. Substituição de equipamentos de informática por novos e mais modernos. Aquisição de computadores e equipamentos para os laboratórios de fisiologia humana, além do aumento da disponibilidade de acesso a internet (seja pela rede de cabeamento ou wireless).		Laboratórios de informática disponíveis aos alunos nos turnos da tarde e da noite - capacidade para cerca de 100 alunos simultaneamente. Presença de monitores nos laboratórios de informática para auxiliar os alunos em suas atividades.	
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	Manutenção e ampliação dos serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação.	Internet wireless fornecida no campus, mas com baixa qualidade e por vezes com dificuldades de acesso.	Serviço de intranet (SIGA) disponibilizado a todos os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo para registro, análise e disseminação de informações acadêmicas e institucionais. Internet via cabo de fibra ótica disponível em toda a faculdade e com qualidade. Comunicação e acesso às redes sociais como facebook, youtube e twitter. Rádio Fagoc operante e fornecendo à comunidade acadêmica informação e entretenimento. Laboratórios de informática disponíveis para acesso a internet e realização de trabalhos acadêmicos.	

5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	Manutenção dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.		A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários é bem cuidada e adequada à prática didática.	
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	Manutenção dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.		Os serviços dos laboratórios, ambientes e cenários são adequados à prática didática.	
5.16 Espaços de convivência e de alimentação.	Manutenção dos espaços de convivência e de alimentação.	A faculdade tem crescido nos últimos anos, e a cada ano mais alunos começam a circular pelo campus. Ao poucos os espaços de convivência estão ficando saturados.	A Fagoc está localizada em um bairro tranquilo e bem cuidado. Os alunos costumam ter convivências em alguns espaços como a cantina, biblioteca e espaços arbóreos com bancos em frente a biblioteca. Estes locais são bem cuidados, limpos diariamente e em bom estados de conservação.	

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

5.1	Instalações administrativas	1	Quando as instalações administrativas não atendem às necessidades institucionais.
		2	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		3	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando as instalações administrativas existentes atendem muito bem às necessidades institucionais,

			considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.2	Salas de aula.	1	Quando as salas de aula não atendem às necessidades institucionais.
		2	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		3	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando as salas de aula existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.3	Auditório(s).	1	Quando o(s) auditório(s) não existe(m) .
		2	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		3	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de

			maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
5.4	Sala(s) de professores.	1	Quando a(s) sala(s) de professores não existe(m) .
		2	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		3	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		4	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		5	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
5.5	Espaços para atendimento aos alunos.	1	Quando os espaços para atendimento aos alunos não existem .
		2	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		3	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira excelente às

			necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
5.6	Infraestrutura para CPA.	1	Quando não existe infraestrutura destinada à CPA.
		2	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais.
		3	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira suficiente às necessidades institucionais.
		4	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende muito bem às necessidades institucionais.
		5	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira excelente às necessidades institucionais.
5.7	Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	1	Quando não existem gabinetes/estações de trabalho para os docentes em TI.
		2	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		3	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		4	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
		5	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
5.8	Instalações sanitárias	1	Quando não existem instalações sanitárias.
		2	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

		3	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando as instalações sanitárias existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.9	Biblioteca: infraestrutura física.	1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.
		2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
		3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
		4	Quando a infraestrutura física atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
		5	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.

5.10	Biblioteca: serviços e informatização.	1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.
		2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
		3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
		4	Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
		5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
5.11	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).
		2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
		3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
		4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
		5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

5.12	Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	1	Quando não existe(m) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.
		2	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
		3	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
		4	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
		5	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
5.13	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	1	Quando não existem recursos de tecnologias de informação e comunicação.
		2	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
		3	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
		4	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem muito bem às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

		5	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
--	--	---	---

5.14	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	1	Quando não existe infraestrutura física para laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
		2	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
		3	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
		4	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
		5	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.

5.15	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	1	Quando não existem serviços institucionalizados referentes aos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
		2	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
		3	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
		4	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.

		5	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
5.16	Espaços de convivência e de alimentação.	1	Quando os espaços de convivência e de alimentação não existem .
		2	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		3	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		4	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
		5	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Os requisitos legais e normativos são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição para o processo de regulação, justificando a avaliação atribuída. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de **atendimento obrigatório**.

Dispositivo Legal/Normativo		Explicitação do dispositivo	SIM	NÃO
1	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei 10.098/2000, nos Decretos, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.	<i>A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade?</i>	x	
2	Plano de Cargos e Carreira Docente.	<i>O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>	x	
3	Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos.	<i>O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>	x	
4	Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação <i>stricto sensu</i> , conforme o disposto na Lei 9.394/96, art. 52, e nas Resoluções nº 1/2010 e nº 3/2010. Faculdades: No mínimo, docentes com formação em pós-graduação <i>lato sensu</i> , conforme o disposto na Lei 9.394/96.	Universidades e Centros Universitários: <i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação stricto sensu?</i> <i>O corpo docente tem, no mínimo, formação lato sensu?</i> Faculdades: <i>O corpo docente tem, no mínimo, formação lato sensu?</i>	x	

5	Regime de Trabalho do Corpo Docente Universidades: Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o na Lei 9.394/96, art. 52, e na Resolução nº 3/2010. Centros Universitários: Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o disposto na Resolução nº 1/2010.	Universidades: <i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente contratados em regime de tempo integral?</i> Centros Universitários: <i>A instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente contratados em regime de tempo integral?</i>	NSA	
6	Forma Legal de Contratação dos Professores.	<i>A contratação de professores se dá mediante regime de trabalho CLT ou Estatutário pela mantenedora com registro na mantida?</i>	X	
7	Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o disposto na Lei nº 10.861/2004, art. 11.	<i>A IES possui CPA prevista/implantada?</i>	X	
8	Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 1/2010.	<i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i>	NSA	
9	Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 3/2010.	<i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i>	NSA	
10	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.	<i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i>	X	
11	Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002, e na Resolução CP/CNE nº 2/2012.	<i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i>	X	
12	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.	<i>A Instituição está cumprindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos?</i>	X	